CITAÇÃO - Nº 063.40/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o Senhor ALEXANDRE NOGUEIRA DE FREITAS, Diretor à época, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir da publicação no Diário oficial do Estado, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2011/50406-8, que trata da Prestação de Contas do HOSPITAL REGIONAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, referente ao Exercício Financeiro de 2010.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

Protocolo: 155080**NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 181/2017****ADVOGADA: MÁRCIA BIANCA MACAMBIRA****SANTOS – OAB/PA 12.018**

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira **MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA**, notifico o Senhor OTI SILVA SANTOS, Prefeito à época, de que no dia 16.03.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2015/50525-5, que trata do Recurso de Reconsideração impetrado contra decisão contida no Acórdão nº 54.256 de 04.12.2014, relativo a Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA, referente ao Convênio SESP Nº 11/2003, cuja Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 08 de março de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 188/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira **MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA**, notifico o Senhor EMANOEL NAZARENO DE SOUZA MUNIZ, Prefeito à época, de que no dia 16.03.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2007/50998-6, que trata da Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE BUJARU, referente ao Convênio SESP Nº 204/2006, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 08 de março de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

Protocolo: 155021**CITAÇÃO - Nº 064-C/2017**

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a Empresa B.F. ANTUNES, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, apresente defesa nos autos dos Processos nºs 2016/50774-4 e 2005/51544-5, que tratam do Convênio SESP Nº 220/2004, celebrado com a PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 064-D/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a Empresa J.H.R. COSTA-ME, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, apresente defesa nos autos dos Processos nºs 2016/50774-4 e 2005/51544-5, que tratam do Convênio SESP Nº 220/2004, celebrado com a PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 064-E/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a Empresa MAMEPE – COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação

no Diário Oficial do Estado, apresente defesa nos autos dos Processos nºs 2016/50774-4 e 2005/51544-5, que tratam do Convênio SESP Nº 220/2004, celebrado com a PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 064-F/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o Senhor VALTER FERREIRA GOMES, Sócio da Empresa MAMEPE Comércio e Serviços Ltda, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, apresente defesa nos autos dos Processos nºs 2016/50774-4 e 2005/51544-5, que tratam do Convênio SESP Nº 220/2004, celebrado com a PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 035-A/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor RAMUNDO ZOÉ DE JESUS SAAVEDRA, Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2005/51544-5, que trata da Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM, referente ao Convênio SESP Nº 220/2004.

JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA

Secretário-Geral

Protocolo: 155086**PORTARIA CONSSUBS - DM Nº 1, DE 13 DE MARÇO DE 2017.**

Delega competência ao Secretário Geral e ao Secretário de Controle Externo e, em seus impedimentos legais, aos respectivos substitutos, para a adoção das providências que indica.

O Conselheiro Substituto DANIEL MELLO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 35, § 2º, c/c art. 59, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, aprovado pelo Ato n. 63, de 17 de dezembro de 2012, com relação aos processos dos quais é Relator,

RESOLVE:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Geral do Tribunal de Contas do Estado do Pará e, em seu impedimento legal, ao respectivo substituto, para adotar as seguintes providências:

I - prestar informações requeridas por jurisdicionados ou autoridades competentes, referentes a processos em andamento no Tribunal, encaminhando ao gabinete deste relator, na data da expedição, cópia avulsa do ofício de remessa;

II - deferir pedido de juntada de documentos, formalizado mediante requerimento da parte interessada ou de procurador devidamente credenciado, nos processos cuja instrução ainda não estiver encerrada;

III - designar servidor para colher ciência pessoal do responsável, em face de insucesso nas tentativas de citação, notificação ou audiência, sempre que tal providência se mostre necessária e desde que não implique despesa adicional, exceto indenização de transporte, nos termos e limites estabelecidos pelas normas do Tribunal, conforme previsto no art. 211, V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará;

IV - deferir pedido de vista e de fornecimento de cópia de peças de processo, formalizado mediante requerimento da parte interessada ou de procurador devidamente credenciado, bem como aqueles originados da Procuradoria Geral do Estado, do Ministério Público do Estado, dos órgãos do Poder Judiciário e demais autoridades constituídas;

Parágrafo único. Quando as solicitações tratadas no inciso I se referirem a processos que contenham informações de natureza sigilosa, deverão ser adotadas medidas de segurança e salvaguarda na formalização e tramitação desses documentos, observado, quando for o caso, o disciplinado em ato normativo do Tribunal.

Art. 2º Fica delegada competência ao Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará e, em seu impedimento legal, ao respectivo substituto, para adotar as mesmas medidas elencadas no art. 1º, incisos I e II, observando também o parágrafo único do referido artigo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Daniel Mello

Conselheiro Substituto

PORTARIA CONSSUBS - EFS Nº 1, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Delega competência ao Secretário Geral e ao Secretário de Controle Externo e, em seus impedimentos legais, aos respectivos substitutos, para a adoção das providências que indica.

O Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 35, § 2º, c/c art. 59, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, aprovado pelo Ato n. 63, de 17 de dezembro de 2012, com relação aos processos dos quais é Relator,

RESOLVE:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Geral do Tribunal de Contas do Estado do Pará e, em seu impedimento legal, ao respectivo substituto, para adotar as seguintes providências:

I - prestar informações requeridas por jurisdicionados ou autoridades competentes, referentes a processos em andamento no Tribunal, encaminhando ao gabinete deste relator, na data da expedição, cópia avulsa do ofício de remessa;

II - deferir pedido de juntada de documentos, formalizado mediante requerimento da parte interessada ou de procurador devidamente credenciado, nos processos cuja instrução ainda não estiver encerrada;

III - designar servidor para colher ciência pessoal do responsável, em face de insucesso nas tentativas de citação, notificação ou audiência, sempre que tal providência se mostre necessária e desde que não implique despesa adicional, exceto indenização de transporte, nos termos e limites estabelecidos pelas normas do Tribunal, conforme previsto no art. 211, V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará;

IV - deferir pedido de vista e de fornecimento de cópia de peças de processo, formalizado mediante requerimento da parte interessada ou de procurador devidamente credenciado, bem como aqueles originados da Procuradoria Geral do Estado, do Ministério Público do Estado, dos órgãos do Poder Judiciário e demais autoridades constituídas;

Parágrafo único. Quando as solicitações tratadas no inciso I se referirem a processos que contenham informações de natureza sigilosa, deverão ser adotadas medidas de segurança e salvaguarda na formalização e tramitação desses documentos, observado, quando for o caso, o disciplinado em ato normativo do Tribunal.

Art. 2º Fica delegada competência ao Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará e, em seu impedimento legal, ao respectivo substituto, para adotar as mesmas medidas elencadas no art. 1º, incisos I e II, observando também o parágrafo único do referido artigo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edvaldo Fernandes de Souza

Conselheiro Substituto

Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 07 de fevereiro de 2017, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO N.º 56.357**(Processo n.º 2013/53299-3)**

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio n.º 002/2013, firmado entre a ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ e FASPM.

Responsável: FRANCISCO EDIVALDO XAVIER BEZERRA - Presidente.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso II, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. FRANCISCO EDIVALDO XAVIER BEZERRA, Presidente, no valor de R\$86.575,00 (oitenta e seis mil quinhentos e setenta e cinco reais);

2) Encaminhar aos órgãos convenientes as seguintes determinações do Ministério Público de Contas, consoante parecer anexo:

* Que não se promova mais convênio com objetos distintos da finalidade legal do fundo, qual seja, a promoção da assistência social dos militares estaduais;

* Que submeta ao TCE todas as despesas financiadas por receitas do FASPM, já que são despesas, em última instância, da própria Polícia Militar, sempre públicas;

* Sempre que se tratar de beneficiário de verba pública por convênio que se faça por abrir conta bancária específica para movimentação dos valores e formalize todos os seus pagamentos